HERÓIS SEM ARMAS

Maria Luíza Tucci Carneiro

É sempre importante revisitar o passado; é nele que encontramos nossas raízes culturais, seus significados e suas significações, elos elucidativos de nossos questionamentos presentes. Muitas vezes deixamos que a história oficial, construída pelos homens do poder, invada nossa realidade superpondo-se às histórias de anônimos e, relegando a um segundo plano, nuances significativas da história política, econômica, religiosa e social.

A História do Brasil está repleta de omissões, de triunfalismos, de grandes heróis. Mas, não é só de vitórias e heroismos que se constrói a memória de um país. Nem todos heróis saíram nas frentes de batalha; nem todos foram magistrados, governadores. Nem todos foram coronéis. Muitos foram *heróis sem armas.*

Silêncios são impostos erguendo-se barreiras entre a história oficial e a contra-história. Aos homens do poder só interessa registrar feitos que os enalteçam e lhes rendam glórias: *sem perda de credibilidade.* Assim nascem os mitos cuja persistência depende, em muitos casos, da omissão dos fatos, dos silêncios da História. Por outro lado, eles são alimentados por cultos, homenagens, biografias de exaltação que, repetidos de tempos em tempos, configuram ao nível do imaginário coletivo a figura do ídolo.[1]

Diríamos que a memória vai sendo lapidada ao gosto dos responsáveis pela formulação da história oficial que, por sua vez, procura evitar desafios à ordem estabelecida, aqui traduzidos como conflitos, tensões.

Assim foi que, durante os anos 30 e 40 no Brasil, configuraram-se mitos que hoje fazem parte da memória nacional. Dentre estes cabe citar Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha. Getúlio Vargas, ditador durante o "Estado Novo" (1937-1945) ganhou o título de "pai dos pobres" e de "Salvador da Pátria". Não falava-se em ditadura e sim em "regime de autoridade", emanado do povo.[2]

Oswaldo Aranha, embaixador do Brasil nos Estados Unidos(1934-1938) e ministro das Relações Exteriores(1938-1944) fortaleceu sua imagem de "protetor dos judeus", após sua participação decisiva (voto minerva) na Assembléia Geral da ONU em 1947, que culminou com a formação do Estado de Israel. O período anterior de sua carreira diplomática durante o Estado Novo fica esquecida, relegada ao silêncio. Foi exatamente nesta fase que o Brasil colocou em prática uma política imigratória restritiva ao judeus, visto tramitar pelos bastidores do Itamaraty (nome pelo qual é conhecido o Ministério das Relações Exteriores Brasileiro) um dos maiores pacotes de correspondência anti-semita. E o próprio Oswaldo Aranha manifestou-se neste sentido, contra o judaismo, o comunismo e a maçonaria, posicionamento que não combina muito com o homem descrito por seus biógrafos.[3]

Biografias de exaltação sobre estes dois líderes políticos proliferaram em diferentes momentos sem, entretanto, fazer qualquer referência aos seus envolvimentos com a prática de uma política anti-semita. Parte da documentação oficial continua sob a guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty que, em nome da Segurança Nacional, classifica os documentos em ostensivos e não-ostensivos.

Desta forma estamos diante do *controle da memória*. Impedindo ao historiador o acesso a este tipo de informação—não-ostensiva– também está impedindo-se a tomada de consciência, ou seja: de detectarmos, neste caso, com todas suas nuances, o anti-semitismo que persistiu nos bastidores da diplomacia brasileira. É de fundamental importância a identificação de nomes, idéias e ações daqueles que posicionaram-se contra e a favor dos judeus que, movidos pelo desespero, medo e tensão, procuravam refúgio no Brasil.[4]

Assim, a triagem que o Arquivo Histórico do Itamaraty faz das fontes documentais, à moda inquisitorial, organizando-as hierarquicamente, é reflexo das relações de poder explicitando o controle das instituições governamentais sobre a História. Esta atitude que o arquivo assume– de guardião da memória– não é novidade; pois o Estado frequentemente impõe silêncios à História com o objetivo de preservar sua memória. E, em muitos casos, a verdade compromete a imagem que as instituições pretendem fazer de sí mesmas ou de seus homens.[5]

Junto ao acervo diplomático encontra-se arquivado parte da documentação que testemunha a luta pela sobrevivência empreendida por aqueles que, sob a acusação de não pertencerem à "raça ariana" foram classificados pelo governo brasileiro como indesejáveis, parasitas e responsáveis pela formação de quistos raciais.[6] Identificados como "inimigos da Nação brasileira", os imigrantes judeus lançaram mão de todos os artifícios disponíveis com o objetivo de conseguir o visto para imigrar ou então, através deste, salvar pais, parentes e irmãos que ainda sobreviviam escondidos por camponeses ou aguardando a sorte nos campos de trabalho e de concentração.

Sobreviver às leis anti-semitas implantadas por Hitler e Mussolini, sobreviver aos campos de concentração e ao holocausto foi indiscutivelmente uma luta, um trauma. Nada disto deve ser esquecido, pois o *recuo* abre espaço à história oficial que, comprometida com o passado, forja versões convenientes, propiciando a reabilitação das "Santas Inquisições", do Nazismo e dos regimes totalitários.[7]

A luta destes imigrantes para tentar romper as barreiras impostas pelo governo brasileiro durante o regime estadonovista pode ser recuperada através das histórias de vida, preenchendo a lacuna deixada pelos documentos "omitidos" pelo Arquivo Histórico do Itamaraty.

Este é o fantástico mundo da História Contemporânea onde o pesquisador vai às fontes e dialoga com elas, recompondo a trama dos fatos, das emoções e das indagações. Cada testemunho é uma partícula viva de um universo de lembranças que, do ponto de vista da História do povo judeu, desperta lembranças amargas que muitos preferem não recordar.

Ao historiador cabe a tarefa de registrar estas vozes que, em uníssono, contribuirão para a reconstituição de uma realidade que, apesar de próxima a nós, ainda não foi devidamente documentada e analisada. Algumas vezes já estão cansadas: não devemos deixar que o tempo as cale.

Nuances desconhecidas da História do Brasil e da História do povo judeu, em particular, podem ser recuperadas trazendo à tona– via testemunho oral– uma infindável variedade de fontes documentais (diários, livros de memórias, fotografias, documentos oficiais, etc) que somadas, contribuirão para a construção do conhecimento histórico.[8]

Historiador:arqueólogo das lembranças

A História não deve servir a interesses particulares, nem de indivíduos isoladamente, nem de famílias compactuantes com as esferas de poder. Preconceitos, cristalização de privilégios, mumificação de heróis, pressões políticas, não devem contar como critérios subtraindo responsabilidades. Assim, a reconstrução do passado não cabe apenas ao historiador. Todos nós somos "depositários" de lembranças, testemunhas de fatos, molas mestras do cotidiano. Ao historiador como profissional– arqueólogo das lembranças– cabe o registro, a ordenação e a reflexão; sem partidarismos. Ao depoente, o resgate de sua experiência de vida, da luta pela sobrevivência; sem omissão. Cabe, a todos nós, cada qual ao seu modo, recompor sua biografia individual. Eu diria: uma obrigação social.

Cada qual deve reconstituir sua história de vida a partir de sua "visão de mundo", sem alterações. Não deixar que o cotidiano seja relegado ao nível do insignificante ou que o nebuloso seja simplificado, perdendo elementos significativos para a reconstrução do passado.

Para muitos destes "heróis sem armas" é difícil falar, reconstituindo imagens perturbadoras do seu passado, recompondo cenários e personagens que durante anos ficaram camuflados no inconsciente compondo uma memória coletiva subterrânea. Todavia, não devemos colaborar com aqueles a quem interessa apagar vestígios de um passado negro, eximindo-se da responsabilidade ou ainda, fazendo apenas brilhar os momentos de glória.[9]

É oportuno lembrarmos, neste momento, um pequeno trecho de Simone de Beauvoir, introdução do livro Shoah, texto integral (falas e legendas) do filme de Claude Lanzmann, exibido em 1989 em São Paulo:

> Os lugares: uma das grandes preocupações dos nazistas foi *apagar os vestígios*; mas não puderam abolir todas as memórias e, *sob as camuflagens* – florestas recentes, grama nova –, Claude Lanzmann soube reencontrar as horríveis realidades. Naquele prado verdejante, havia valas afuniladas onde caminhões descarregavam os judeus asfixiados durante o trajeto.[10]

A esta atitude (a de camuflar a verdade) soma-se a corrente revisionista que, nos últimos anos, vem sendo assumida por intelectuais alemães que negam as câmaras

de gás e o extermínio de judeus, ciganos e doentes mentais. Como muito bem afirma Pierre Vidal-Naquet:

> O que se tenta destruir não é a verdade, pois ela é indestrutível; mas a tomada de consciência.

Portanto, não devemos abrir mão dos testemunhos daqueles que presenciaram e foram vítimas da prática do plano de eliminação dos judeus da sociedade européia nos anos 30 e 40. Lembrar é importante, principalmente quando observamos que atitudes anti-semitas, ainda que isoladas, continuam a ser detectadas em um ou outro lugar do mundo dito "civilizado", tal como recentemente ocorreu em Carpentras (sudeste da França) quando um cemitério judeu foi profanado.[11]

No Brasil nunca tivemos pogroms ou manifestações populares contra a comunidade judaica. Tivemos sim, durante o período Vargas, uma política imigratória restritiva, anti-judaica, expressão da manifestação de um anti-semitismo oficial caracterizado de político e xenófobo. O que é trágico, conforme afirmou Antônio Cândido:

> É que naquele momento a restrição à entrada de judeus podia levar, como levou, à desgraça e à morte milhares de sêres humanos. De modo que barralos, por anti-semitismo, xenofobia, nacionalismo ou simples displicência, acabou tendo os mesmos resultados catastróficos. Provávelmente, a maioria daqueles funcionários, não desejariam que ocorresse o que ocorreu aos judeus – a "solução final" – cuja pavorosa extensão só se re-velou depois da guerra. Mas, o terrível é que os atos que preconizaram, contribuíram muitas vezes para a catástrofe.[12]

No entanto, cabe lembrar que existem facções, hoje, nos programas de memória, que não se interessam em descer aos porões da nossa história, manifestando, claramente, seu descontentamento com esta modalidade de análise. Esta é uma reação anti-histórica, anti-científica.[13] O passado a que nos referimos deve ser reconstruído e o historiador deve ter o direito de usar científicamente esta documentação, interpretando um lado tão pouco estudado da História Contemporânea do Brasil. Não devemos ser coniventes com este fenômeno de "esquecimento por interesse".

Interessa ainda, a alguns poucos, perpetuar a imagem do "homem cordial", sem preconceitos e sem barreiras raciais. Interessa a tantos outros referendar Getúlio Vargas como "pai dos pobres" e "defensor dos humildes". E, não sei a quantos mais interessa, manter nas sombras do Arquivo Histórico do Itamaraty a memória anti-semita da diplomacia brasileira.

Temos ainda um importante capítulo da História para ser escrito pois, existe entre nós, uma coletividade representativa de judeus imigrantes procedentes da Europa nos anos 30 e 40. Hoje, eles e seus descendentes, encontram-se concentrados e integrados aos grandes centros urbanos da região sul e sudeste do país, dentre os quais cumpre

citar: Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Há, ainda, um grupo representativo de judeus alemães, instalados nas proximidades da cidade de Rolândia (norte do Paraná), ocupando extensas áreas em fazendas produtivas.[14]

Não há documentação que alcance a riqueza destes testemunhos. Acredito que existe, em parte, o medo de falar, a vontade de "não querer lembrar" em consequência de tudo o que sofreram. Mas, não podemos admitir que isto ocorra do ponto de vista da consciência histórica. Para os historiadores e todos aqueles que sentiram de perto o perigo nazista e fascista, resgatar esta parte da nossa história é uma árdua tarefa. É como lapidar um diamante: os cortes são difíceis, mas a arte final é gratificante.[15]

O discurso anti-semita: construindo a imagem do judeu

Estamos diante de dois discursos: o **oficial**, produzido nos anos 30 e 40, responsável (segundo sua versão) pelo restabelecimento da ordem no país; e o oral, contemporâneo a este artigo, responsável por uma revisão crítica daquele passado. Testemunho daqueles que, como judeus, tiveram que romper as barreiras do preconceito para conseguir sobreviver. Este grupo configura um perfil diferente daqueles que, anteriormente, ingressaram no Brasil. Tal distinção se observa ao nível cultural, de formação profissional e pelas razões específicas que os levaram a deixar seus países de origem.

O discurso oficial foi produzido clandestinamente e selado como confidencial, expressivo da mentalidade de parte da diplomacia brasileira, testemunha da prática, na Europa, de uma doutrina anti-semita. Aquela, como tantos outros brasileiros, deixou-se fascinar pela ascenção da Alemanha nazista e da Itália fascista. A doutrinação racista encontrou nestes indivíduos campo fértil para proliferar, resgatando da tradição cultural brasileira valores anti-semitas em gestação. Muitos reproduzem em seus discursos preconceitos seculares, repetindo clássicos esteriótipos adaptados à necessidade do momento brasileiro. Indiretamente, e talvez inconscientemente, estiveram a serviço de idéias totalitárias fazendo-se portadores desses princípios e funcionando como elo de ligação entre a Europa dominada pelo nazismo e pelo fascismo, e o Brasil governado por Vargas. Ofereceram às autoridades brasileiras, receptivas a atos repressivos e autoritários, modelos discriminatórios reforçando o arsenal de esteriótipos anti-semitas existentes no Brasil desde tempos coloniais.[16]

Este discurso "diplomático" contra os judeus pode ser detectado a partir de 1933 quando, então, o pensamento anti-semita encontrou condições para florescer: era um momento de repressão e obscurantismo político. Paralelamente, fora dos bastidores diplomáticos, afloravam grupos políticos de extrema-direita e o Estado formulava um pacto com a Igreja Católica, interessada em garantir seu espaço naquele momento de indefinição ideológica. Daí o anti-semitismo não poder ser pensado como fenômeno isolado.[17]

1933 marca o início da ascensão de Hitler ao poder. Na Alemanha, a comunidade judaica não havia se dado conta do perigo, acreditando ser o nazismo um fenômeno passageiro. Muitos aguardavam, esperançosos, o retôrno da "razão" ou então:

> As pessoas que estavam bem de vida, com seus negócios estabelecidos, profissões e tudo mais, fizeram "política de avestruz"– não quiseram tomar conhecimento do que estava acontecendo.[18]

Algumas famílias, mais sensíveis, começaram a procurar os consulados, discretamente, com o objetivo de obter informações sobre como proceder para imigrar. Estas iniciativas repercutem junto ao Ministério de Relações Exteriores do Brasil: nos ofícios trocados entre missões diplomáticas o discurso é, ainda, cauteloso. O tema é constrangedor. O que fazer?

Neste momento os imigrantes judeus foram classificados por Ildefonso Falcão, do Consulado do Brasil em Colônia, em dois grupos distintos: **os vulgares ou indigentes**, sem recursos; e **os comerciantes e industriais** dotados de capital, vistos como "fatores de progresso". O indivíduo valia pela identificação com os altos círculos financeiros.[19]

A partir de 1934, um novo atributo discriminatório somou-se a este: a de que estes imigrantes estavam ingressando no país através da compra de terras, incentivadas pelo país de origem que "viam nestes planos de colonização uma forma de escoar massas supérfluas".[20]

Segundo Barros e Pimentel, do Consulado Geral do Brasil em Varsóvia, as levas de judeus poloneses que estavam começando a procurar o Brasil eram "elementos nocivos, dissimulados em imigrantes agricultores, principais promotores e os maiores propagandistas do comunismo em todos os continentes". A este movimento imigratório o diplomata caracteriza como a "transplantação de um cancro social".[21]

Começa a tomar forma a acusação de que aqueles que estão tentando ingressar no Brasil são falsos agricultores, incentivando uma imigração clandestina a ser evitada. As cartas de chamada, exigidas pela legislação brasileira, são acusadas de falsas por não condizerem com a realidade. Edgardo Barbedo, Consul Geral do Brasil em Varsóvia argumentava que:

> De tempos immemmoriaes é sabido que o judeu não é agricultor. Vive ele do baixo comércio, explora a miséria alheia e muitas vezes a própria.[22]

Por volta de 1935-1936 este discurso encontra-se enriquecido por outros elementos acusatórios, reforçando a imagem esteriotipada do judeu junto ao Ministério das Relações Exteriores. Aquele, além de ser acusado de "falso agricultor", passa a ser tratado como "perigo político" identificado como defensor de "doutrinas exóticas", ou seja, comunistas. Configura-se, diante das autoridades, o "perigo judaico". Como participantes deste **arranjo**– o de angariar agricultores para o Brasil – são citadas

várias associações judaicas dentre as quais a ICA–Jewish Colonization Association– e a JEAS–Sociedade Judaica Central de Emigração.[23]

Este perfil do judeu "não agricultor", indesejável, pode ser identificado nas palavras do capitão Pedro Rocha, delegado comercial em Varsóvia, que, preocupado que o Brasil chegasse a se tornar o "maior detentor de judeus do mundo", já imaginava o Rio de Janeiro dominado pelo judaismo:

> A intolerável "morgue" do judeu alemão nos bairros de Copacabana, Ipanema, Leblon, demonstra que elle esquece completamente que na sua pátria tem menos valor do que um cão leproso...Os mais pobres de todas as origens, preferem a "zona do mangue" e adjacências, onde se dedicam a um comércio especial e muito conhecido da polícia.[24]

É em Jorge Latour, encarregado dos Negócios do Brasil em Varsóvia, que identificamos um dos mais violentos textos contra os judeus; tendo, inclusive, encaminhado ao governo brasileiro, um estudo neste sentido. Para ele o judeu é

> sem profissão e sem trabalho, muitos provávelmente comunistas que este governo, declaradamente se esforça em por fora do paiz.[25]

Este discurso encontra eco junto às autoridades brasileiras que buscavam justificativas adequadas para legitimar o regime de repressão e dominação imposta a partir de 1935 e configurado com o golpe de Estado em 1937. Procurava-se um "bode expiatório" e o judeu, ao lado do japonês e do comunista, passou a ser fator de desagregação social e responsável pela desordem política. Daí a necessidade de medidas repressivas e preventivas: começaram a negar vistos de entrada a todos aqueles que fossem identificados como de origem semita, sinônimo de judeu.

A partir de 1936 percebemos que um outro traço passou a ser apresentado como pertinente aos judeus: o de responsável pela formação de "quistos raciais no seio dos povos em evolução", ou seja, acusados de infusibilidade, conceito anteriormente defendido por Oliveira Vianna em sua obra *Raça e Assimilação* (1933), para Vianna,

> o semita seja judeu, phenício, carthaginez ou árabe, se mostra tenazmente rebelde à commistão, a aliança fora de sua tribu; ao lado do judeu vem o ja-ponês que é como o enxofre: insolúvel.[26]

Estas idéias foram retomadas por Oswaldo Aranha em 1938 quando, em carta confidencial a Adhemar de Barros, interventor federal de São paulo, solicitou medidas urgentes, pois suspeitava da formação de um gueto na cidade. Com o objetivo de "prevenir o agravamento desta situação que poderia ser prejudicial ao Brasil", Oswaldo Aranha recorda ao interventor que "necessitávamos de correntes imigratórias que venham lavrar o solo ao mesmo tempo que se identifiquem com o ambiente brasileiro".

Ao fazer estas considerações nosso ministro das Relações Exteriores cita os **israelitas** e os **japonêses** como "elementos subversivos ou dissolventes" e com tendências a gerar "quistos raciais, verdadeiros corpos estranhos no organismo nacional".[27]

Esta argumentação repete-se em grande parte da documentação trocada entre o Ministério e as Missões Diplomáticas Brasileiras. Os textos são marcados pela desconfiança e vigilância contra os judeus. O ódio, o medo e o desprezo incontrolável caracterizam, de forma negativa, expressando a mentalidade anti-semita de parte desta elite acostumada aos "cerimoniais nazistas".

Labienno Salgado dos Santos, primeiro Secretário da Legação Brasileira em Bucareste, retoma, em 1938, o tema do "judeu averso à terra":

> Da agricultura ninguém quis saber. os judeus (os de Bucareste) eram os únicos a gastar...

Retomando acusações características do anti-semitismo tradicional, Labienno Salgado, com o mesmo sabor amargo, apresenta os judeus da Romênia como

> ricos, desonestos e habituados a conquistar favores e pivilégios à custa da corrupção pelo dinheiro distribuído às ocultas e às claras.[28]

Assim, além de agentes do comunismo, os judeus são apresentados como "elementos perturbadores da ordem pública". A estas idéias somam-se outros atributos seletivos que diziam respeito ao aspecto físico e ao caráter como, por exemplo, a avaliação apresentada por Labienno:

> Quase sem exceção, quando vêm à Legação, se apresentam mal vestidos, sujos, com aspecto revelador de avareza e sordidez.[29]

Percebemos pela somatória destas acusações que o discurso anti-semita foi, num crescendo, tomando forma e reconstituindo, de forma desvirtuada e generalizada, perfil daquele que se contrapunha à imagem idealizada do homem brasileiro proposta pelo regime estadonovista: ariano, cristão e trabalhador. E, conforme afirmou Mário Moreira, do Consulado do Brasil em Budapeste:

> O judeu não é nem uma, nem outra coisa. Levar o judeu para o Brasil é superlotar as cidades, complicando o problema do urbanismo, sem nenhum proveito para a economia do país, e ainda como agravante de prejudicar o trabalho nacional.[30]

Este discurso persistiu na documentação diplomática até por volta de 1942 quando o Brasil posicionou-se contra os países do Eixo. Efetivou-se uma mudança com relação ao vocabulário que passou a expressar um outro momento deste processo histórico. Até então teve suas consequências: colaborou para a construção de uma imagem esteriotipada do judeu imigrante, reforçando, junto às autoridades, a prática de uma política anti-semita.

As barreiras impostas pelo governo brasileiro aos judeus refugiados gerou, de um lado, laços de solidariedade; de outro incentivou um verdadeiro comércio de falsos documentos (passaportes, cartas de chamada, atestados de batismo, etc) que sustentou, durante vários anos, uma máfia de funcionários e despachantes que tiravam proveito da difícil situação daqueles que, desesperados, não tinham outra opção de vida. Para cada caso em particular houve uma solução cujos trâmites torna-se impossível desvendar únicamente através do documento oficial.

Um contraponto: A voz do imigrante judeu

Para onde ir? Como fazer? Partir...? É sempre difícil partir... Mas, as opções não eram muitas: permanecer significaria sofrer, ser ridicularizado e indesejado por um regime que planejava seu extermínio. Imigrar, na sua essência, simbolizava *sobreviver*.

Os EUA lhes fecharam as portas fixando quotas para imigrantes. A Palestina, ainda sob mandato britânico, não oferecia condições para recebe-los. O Brasil, desde 1934, instituíra o regime de "cartas de chamada". No ano seguinte, os vistos passaram a ser fornecidos na categoria de "turistas" (válidos por seis meses) ou de "permanentes". Mais tarde vieram as circulares secretas proibindo a concessão de vistos aos judeus.

Apesar deste contexto e das dificuldades, o Brasil despontou como país receptor repetindo situações anteriores quando grupos de judeus aqui chegaram, provenientes de diferentes pontos da Europa. Aqueles que conseguiram ingressar e se estabelecerem neste país, o fizeram às custas de muito dinheiro, sofrimento e sorte.

A política imigratória, no início dos anos 30, era ainda muito equívoca, alternando autorizações e recusas aos judeus. Segundo testemunho do rabino Fritz Pinkuss "em 1936, quando Ciro de Freitas Valle estava na direção do Itamaraty a situação não estava tão mal. Aos poucos foi se complicando".[31]

Entre a comunidade judaica no Brasil procurava-se não se comentar a respeito dos vistos proibidos. Eu diria que foi uma forma de defesa. Esta foi uma das formas adotadas por aqueles que já estavam por aqui, com o objetivo de não prejudicar os que estavam para vir:

> Sabíamos sobre as circulares, mas não falávamos e nem escrevíamos sobre elas nos jornais e revistas. Se pediu, me parece, através do Horácio Lafer ou Klabin, que o Itamaraty suavizasse o conteúdo desta circular secreta contrária à imigração judaica. E também não se escreveu porque, aqueles que estavam aqui não sabiam direito o que estava acontecendo.[32]

Sabiam-se das proibições; constatavam-se casos. Sobre as circulares pouco se falava, pois seu conteúdo era desconhecido. Cada qual, ao seu modo, tentou romper as proibições com o objetivo de trazer alguns familiares. Através dos relatos, percebemos que os momentos eram de tensão e cuidado com as palavras. Muitas iniciativas culminaram em tragédia. Expressiva desta situação foi a tentativa do rabino Pinkuss que chegou a ir ao Rio de Janeiro conversar com Ciro de Freitas Valle:

> Eu gostaria de telos aqui. Estes eram gente muito rica, de família típica burguesa. Só obteriam licença mediante o depósito de 10 mil dólares, o que para este meu parente não seria nada. Freitas Valle não nos pediu pessoalmente, mas através de um funcionário responsável pelos despachos. Comuniquei-me com o interessado e expliqueilhe a situação. Ele não quis pois não achou seguro depositar o dinheiro no Brasil. Acabou em um campo de concentração com a mulher e foram exterminados.[33]

Não foi este o único caso. Outros tantos sofreram a barreira do preconceito, da subserviência e da irracionalidade que marcaram este período. Rodolfo Moss, imigrante alemão, judeu, tentou trazer para o Brasil sua mãe que estava em um campo de concentração na França

> Tentamos tirá-la de lá. Uma vez conseguimos uma autorização do Itamaraty mas o telegrama tinha um erro de vírgula e inverteu a frase... Neste tempo tentei de todas as formas... e foi quando escrevi para meu primo Albert Einstein pedindo sua intervenção junto a Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores. O Itamaraty não dava resposta, nem informava sobre a proibição aos judeus... Naquele campo de concentração as pessoas com mais de 65 anos podiam ficar. Para minha mãe faltava um mês para completar 65 anos quando ela foi levada não sei para onde. Depois recebi o comunicado que ela havia falecido ao ser transferida para outro campo.[34]

Assim, as barreiras enfrentadas por aqueles que já se encontravam no Brasil eram muitas. Em primeiro lugar, de ordem econômica pois deveriam dispor de certa quantia de dinheiro para pagar despachantes, viagens ao Rio de Janeiro, telegramas, depósitos exigidos pela legislação; sem contar as gorjetas destinadas aos funcionários do Itamaraty que deveriam "agilizar" o processo de concessão do visto. Temos que considerar que este capital era difícil para todos aqueles que, recém-chegados, ainda estavam recomeçando a vida com muitas dificuldades. Além do que não haviam saído do seu país de origem com bens e dinheiro, visto que tinham passado por confisco.

Walter Levy, pintor e imigrante nos anos 30, viveu esta situação: não dispondo da quantia exigida para depósito (mais ou menos 250 mil réis) não conseguiu fazer a chamada para seus pais que morreram no campo de concentração de Auschwitz.[35]

Margarida Paderstein tentou, em vários momentos, trazer para o Brasil sua mãe que ficou residindo na Alemanha onde recebia uma pensão (como viúva) e alguma renda proveniente de ações:

> Depois de dois anos ela perdeu tudo... por ser judia. Foi quando nos pediu que lhe mandássemos uma carta de chamada. Nós mandamos... conseguimos a chamada. Entretanto o sr Getúlio Vargas havia dado uma ordem a todos os cônsules para não assinarem nenhuma permissão para "chamadas de judeus". Foi, então, que minha mãe suicidouse. O culpado foi Getúlio....[36]

A partir de 1938 o Brasil começou a ser, também, procurado pelos judeus italianos visto que, já existia aquí, uma comunidade formada desde finais do século passado. À imitação da Alemanha, a Itália havia também adotado leis raciais contra os judeus: estes não só perderam a cidadania como também foram destituídos de seus cargos junto às universidades e empregos públicos:

> O ano de 1938 estava difícil para todos os judeus. Já não podíamos mais ter empregadas domésticas, de acordo com as resoluções anti-semitas do Duce. A mesma coisa acontecia na Alemanha. Dizem que não foi bem assim, mas foi... Nós que passamos estas dificuldades é que sabemos. As complicações eram muitas...[37]

Por toda a Europa convivia-se com uma verdadeira romaria aos consulados: ia-se de porta em porta. Um pesadelo para todos, inclusive para aqueles que já se encontravam no Brasil e haviam deixado no país de origem seus familiares. Tanto de um lado como de outro tentava-se contornar o problema criado pelos regimes totalitários e autoritários. A luta estava em conseguir um visto: opções? Poucas. Alguns apelaram para o "visto comercial":

> Um dia o gerente da firma onde meu marido trababalhava lhe propôs o seguinte: vamos viajar por vários países a serviço da firma. Desta forma você vai fazer uma "lista de vistos" pela América Latina. Vamos para a Bolívia, Uruguai... até chegarmos ao Brasil. O visto será sempre comercial. Com 4 ou 5 vistos desta categoria, as autoridades diplomáticas brasileiras não poderão lhe negar a entrada no Brasil. Realmente, foi assim que ele conseguiu vir (sózinho) com um visto comercial, válido só por alguns meses.[38]

Realmente o sr. Gentilli conseguiu chegar ao Brasil. Sua espôsa e os dois filhos tiveram que refugiar-se na Suiça (em Lugano) onde foram ajudados por instituições religiosas. As crianças foram estudar na Escola das Freiras de Santana e no Colégio Sagrado Coração de Jesus. O governo italiano permitia que a firma onde trabalhava o sr. Gentilli enviasse dinheiro para pagar as mensalidades escolares. Esta era uma lei aplicada a todos aqueles que estudavam na Suiça italiana. Como bem afirmou a sra. Gentilli:

> Acho que, nesta hora, se esqueceram que éramos judeus... Os padres e as freiras foram muito humanos conosco, pois nos devolviam o dinheiro das mensalidades depositadas pela firma em Milão. Contávamos com este dinheiro e com mais algum que minha mãe trazia, uma vez por mês, na fronteira. Tudo ficava muito difícil....[39]

Diante desta situação a sra. Gentilli partiu em busca do visto com o objetivo de emigrar para o Brasil. Entrou clandestinamente na Itália e começou sua "via sacra":

> O cônsul brasileiro em Nápoles negou-me a autorização. Era um anti-semita. O de Roma também não quis dar. Eu tinha que tentar... Imagine o desespero! Uma prima residente em Milão e que já faleceu – Ermínia Leoni – havia me dito que um monsenhor daquela cidade estava ajudando os judeus a fugirem da Itália. Ele era uma alta autoridade religiosa e, como tal, estava fornecendo falsos atestados de batismo àqueles que quisessem se passar por católicos.

E foi assim que muitos conseguiram emigrar para o Brasil: como católicos. Através de depoimentos deste tipo sabemos, hoje, que muitos foram auxiliados por autoridades eclesiásticas que não mediram esforços neste sentido. Mas, por trás, havia sempre o drama da **identidade judaica**, força da tradição de **ser judeu** e continuar sendo judeu:

> Monsenhor, eu, na verdade, não irei me batizar. Quero que o sr. saiba disto... O sr. está escrevendo aí que eu sou católica, mas isto nunca irá acontecer. Eu sempre irei manter a religião de meus pais. Foi então que o Monsenhor respondeu: Sra. Gentilli, eu sei... Compreendo. Guarde esta carta que um dia ela lhe será útil!.[40]

A primeira etapa havia sido vencida. Agora faltavam as passagens. As agências italianas alertavam para as proibições brasileiras fazendo algumas exigências: conseguiriam o visto mediante a apresentação do atestado de batismo e a compra de passagens de primeira classe, sendo de **ida -e-volta**. E quem pensava em voltar? Esta era mais uma forma de se ganhar dinheiro às custas de quem não tinha outra opção.

Outros, principalmente os que fugiram da Alemanha, tentavam obter o visto via Changai que era uma espécie de "zona livre". E, com a Europa em guerra, após 1939, os territórios não ofereciam muitas condições de transporte. Assim, a Ásia transformou-se em uma alternativa e, antes de mais nada, em uma aventura sofrida e tensa. Vieram desta forma Max e Herta Moser, moradores de Rolândia (Norte do Paraná). assim como a dra. Wieba, médica residente no bairro do Brooklin em São Paulo.[41]

Muitos dos que se refugiaram em Changai morreram vitimados por doenças, pois a situação higiênica não era das melhores, sem se falar nas condições de vida. A maioria permaneceu alí por pouco tempo, até receber a ordem de visto para ingressar no Brasil fornecido por algum consulado "mais flexível". Os que vieram para cá entraram como turistas; outros foram para a Califórnia.

O fato de muitos ingressarem no Brasil portando visto de turista trouxe uma série de dificuldades. Vencidos os 6 mêses de prazo, o indivíduo deveria conseguir uma prorrogação e, mais tarde, transformar o visto em permanente. Mas, os problemas começavam no momento do desembarque. Primeiro: como turistas não poderiam trazer bagagens volumosas e muito menos "mudança" (móveis, utensílios, enxoval, aparelhos elétricos ou agrícolas). A chegada nos portos brasileiros terminava sempre

tumultuada e tensa: como liberar as bagagens? Logo surgiram os aproveitadores– os homens da alfândega– que exigiam dinheiro principalmente por saberem que aqueles "viajantes" eram judeus que vinham para ficar. Alguns tiveram que vender jóias, obras de arte e peças de família, elo de ligação com a mãe-pátria.[42]

Vencido o prazo de 6 mêses, a mobilidade ficava comprometida. Como turistas tinham direito à renovação por um novo prazo. No entanto, estavam proibidos de trabalhar. A apreensão aumentou principalmente após 1937, quando Getúlio Vargas não escondia sua admiração pelo **Reich**, por Hitler e Mussolini. Junto à Polícia Política e Social do Rio de Janeiro, Filinto Müller, anti-semita convicto, alertava o governo para esta situação ilegal dos "turistas judeus". Müller chegou a encaminhar um memorial analisando esta situação onde a burla, na sua opinião, "era vivida às escâncaras":

> Funcionários públicos, combinados com os interessados, falsificavam cartas de chamada, carimbos, etc, como se o imigrante tivesse cumprido com todas as formalidades.

Além do mais, comenta o chefe de Polícia:

> O não imigrante estava impedido de trabalhar no Brasil. Mas isto não adiantava, empregavase na casa comercial de uma amiga.[43]

Entretanto, a imagem esteriotipada do judeu já estava firmada. Neste seu "memorial à respeito da questão judaica", Müller apresenta seu parecer:

> O falso turista vem já com o intuito de burlar a lei. Permanece mais seis mêses, fica na situação de verdadeiro imigrante. Viola a lei na letra e no espírito... zomba das autoridades brasileiras... Inclusive, o turista vindo do interior da Polônia, é maltrapilho. Vai direto para o porto de Florianópolis... não passa pelo Rio de Janeiro.[44]

Alguns depoimentos destes "turistas judeus" nos informam de que muitos foram pegos na rua e ameaçados de serem devolvidos para a Itália ou Alemanha, o que significaria a morte. O ponto referencial para a Polícia de São Paulo era a Praça do Correio. Alí os imigrantes judeus (e tantos outros) se encontravam para trocar informações e saber notícias de seus familiares que não haviam conseguido emigrar. Às vezes chegava correspondência aos cuidados da Cruz Vermelha ou em nome de alguma autoridade religiosa. Também, as notícias por carta não poderiam conter muitas informações: esta era uma forma de proteger aqueles que estavam refugiados em algum canto da Europa. Bastava um "tudo bem".

Após 1942, com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, o perigo para o judeu alemão ou italiano ficou duplo e dúbio: ser identificado como judeu implicava (também) em ser rotulado pela polícia de "súdito do Eixo". Os cuidados deveriam ser dobrados. Na rua não deveriam se exprimir em alemão, italiano ou

ídische. Começara a "guerra das línguas". Os mais velhos sofreram com isto, pois não estavam acostumados a falar português. O rabino Pinkuss em seu livro de memórias recompõe este cenário:

> As restrições aos súditos do Eixo se deram através do Decreto Lei 4166, que atingiu a nós judeus alemães. E veja que ironia... a nós judeus que já havíamos perdido a nacionalidade alemã (alguns por decreto individual e muitos por decreto coletivo). Identificavam-nos como de nacionalidade inimiga, por termos tido um dia a cidadania que já nos fora retirada.[45]

Segundo o rabino Pinkuss esta situação trouxe-lhes muitos problemas pois, muitas vezes, tiveram que tirar da prisão gente velha que não sabia falar português:

> Havia alguns que tinham nacionalidade holandesa... tínhamos que ir libertar o pessoal no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Judeu que falasse alemão ou italiano ia para o DOPS.[46]

A CIP–Congregação Israelita Paulista– recém criada nesta época, chegou a se organizar com o objetivo de auxiliar o judeu imigrante. Possuía um escritório que cuidava de arranjar emprego para os refugiados, tanto para o homem como para a espôsa, se fosse o caso. As crianças íam logo para o **Lar das Crianças**, instituição modelar criada em 1937.[47] Neste escritório atuava o casal Lorch– Luiz e Luiza– que, juntamente com a JOINT organizaram um esquema de ajuda à imigração. Oriundos de Mogúncia, foram para Nova Iorque no início da primeira Guerra Mundial em um avião DC 3 com dois pernoites. De lá vieram para São Paulo e aqui conheceram a JOINT. Uniram-se as forças: abriram um escritório anexo à Congregação.

Estes escritórios funcionavam como uma espécie de "quartel general" para os que queriam conseguir vistos de entrada para seus familiares que se encontravam na Europa, ou para encontrar um lugar para morar (geralmente em pensão), regulamentar a documentação, arrumar um emprego ou, ainda, para obter notícias dos que não vieram. As dificuldades– que sempre deixam cicatrizes– formularam soluções aglutinadoras que podemos denominar de **comunidade dos refugiados**, que colaborava para neutralizar as circunstâncias que os forçavam a emigrar.

Outras comunidades foram se formando em Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Curitiba. Contrariando o discurso anti-semita da diplomacia brasileira (de que o judeu não se dedicava à agricultura) uma comunidade de agricultores formou-se nas proximidades de Rolândia (norte do Paraná). Através da **Cia de Terras do Norte do Paraná** compraram terras a partir de 1933 e, aos poucos, foram se instalando na região; posteriormente, grande produtora de café. Para lá foram os Kaplan, os Loeb-Caldenhof, os Maier, os Moser, os Rosenthal, e tantos outros judeus alemães.

Alí se instalaram dedicando-se, inicialmente, ao plantio de algodão e café; contribuindo para a ocupação e colonização desta região. Até os dias de hoje, parte deste grupo continua instalado nas suas fazendas, altamente produtivas: Fazenda

Belmonte, Fazenda Jaú, Fazenda Nova Bressen. Cada uma destas famílias é uma história à parte, mas com traços em comum: lutaram como tantos outros, derrubaram matas, cuidaram de animais, limparam chiqueiros, viveram em habitações de madeira improvisada, criaram seus filhos com dificuldades, longe do mundo civilizado. Pegaram na enxada, plantaram e colheram. Transplantaram para o Brasil seus "jardins europeus" adaptados com nossas plantas tropicais; trouxeram suas experiências de vida.[48]

Hoje, uma destas fazendas– Fazenda Belmonte– é a prova viva de que nossos diplomatas estavam errados em seus princípios. Contrariando os mais céticos, Ricardo Loeb Caldenhof cultiva não só o arroz mas também o trigo em patamares irrigados, controlados por canais e comportas. Caldenhof, acusado pelos nazistas de ser "um quarto judeu" entrou no Brasil com um visto de turista, assim como sua espôsa. Em 1984 recebeu do Ministério da Agricultura, do Ministério Extraordinário para assuntos Judiciários e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) o título de **Agricultor Modelo** e o de **Produtor Conservacionista**, pelo seu desempenho no setor agropecuário e pelo seu trabalho de conservação de solos.

Felizmente outros, como Caldenhof, criaram raízes nas terras-roxas do Paraná. Venceram barreiras, começaram do nada. Matilde Maier, proprietária da Fazenda Jaú, em conjunto com os Kaplan, retoma em seu livro de memórias *Os jardins de minha vida* parte desta encruzilhada:

> Passar pela alfândega em 1938 era muito desagradável... O maior problema foram as mudas e sementes, e era justamente isto o que mais valia para nós. Soubera eu que tudo seria em vão, porque a terra e o clima estranho acabariam em curto tempo com elas.
> Calor, mosquitos, dormir sob mosquiteiros num modesto hotel, a comida diferente... passamos por tudo isto com bom humor, dispostos a conhe-cer todas as novidades e felizes por estarmos a salvo entre gente boa....[49]

Cada um destes depoimentos é, antes de mais nada, uma lição de persistência e força de vontade para recomeçar. Os detalhes de cada "História de vida" são testemunhos de como se processaram as continuidades e rupturas culturais, além de ressaltar questões que nos permitem recuperar suas "percepções do outro" e suas "visões de mundo" calcadas no impacto de terem que se adaptar à uma terra "exótica, tropical e desconhecida".

O nível de conscientização daqueles que emigraram como judeus ou "falsos católicos", como agricultores ou "falsos turistas", é indiscutível. Este imigrante judeu que chegou ao Brasil nos anos 30 e 40 veio para ficar, apesar de ser portador, em muitos casos, de um visto temporário ou de ter deixado na Europa familiares e propriedades. Não se apresenta e nem se vê como um exilado.

O exilado deixa o país por um tempo determinado, prolongado. Psicológicamente vê o fim deste exílio. Este, entretanto, não era o "estado de espírito" do refugiado

israelita que, discriminado pelo nazi-fascismo, não pensava em retornar. Vinha para ficar, decepcionado com aquela nação que o desencantou, transformando-o num apátrida, num "desclassificado", recuperando das cinzas preconceitos seculares, medievais.

NOTAS

1. Girardet, R., *Mitos e Mitologias Políticas*, São Paulo, Cia das Letras, 1987, p. 9.
2. Em um de seus discursos proferidos em 1938, Vargas chegou a afirmar:
   O período ditatorial tem sido útil, permitindo a realização de certas medidas salvadoras, de difícil ou tardia execução, dentro da órbita legal.
   Portanto, como muito bem afirmou o historiador César Fonseca, *"a ditadura era salvadora"*. Ver Fonseca, C., Vargas:o capitalismo em construção, São Paulo, Brasiliense, 1989, pp. 170.
3. Sobre este assunto ver as omissões existentes nas obras biográficas de: O'Donnel, F.T.,*Oswaldo Aranha*, Porto Alegre, Sulina, 1980; *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* (1930-1983), Coord. Israel Beloch e Almira Alves de Abreu, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985, pp. 161-189; Eizerich ,N., *Oswaldo Aranha*, São Paulo, Federação Israelita de São Paulo, 1985. Este tema já foi discutido em meu livro *O anti-semitismo na Era Vargas*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988, pp. 258 a 295.
4. Ver Carneiro ,M.L.T., *op.cit.*, pp. 26 a 30.
5. Ferro ,M., *A História Vigiada*, Trad. Doris S. Pinheiro, São Paulo, Martins Fontes, 1989, p. 2.
6. Ver Carneiro, M.L.T., "4-Oswaldo Aranha: as duas faces do mito", *op.cit.*, pp. 258 a 295; e "5-A Elite Rio Branco", idem, pp. 295 a 348.
7. Vidal-Naquet, P., *Os assassinos da memória*, trad.Marina Appenzeller, Campinas, Ed. Papirus, 1988.
8. Este artigo é uma síntese de nosso recente trabalho sobre memórias de judeus emigrados no período de 1930-1945, fundamentado em histórias de vida, livros de memórias, fotografias e documentos oficiais. Esta pesquisa deverá ser publicada, no próximo ano, pela editora Brasiliense como II volume do *O Anti-semitismo na Era Vargas*, op. cit.
9. Sobre este tema ressaltamos a abordagem dada por Pierre Vidal-Naquet em sua obra *Os assassinos da memória*. Neste, o autor se propõe a desmascarar as teses autodenominadas de "revisionistas" camufladas sob o disfarce de uma historiografia autêntica, isenta e desapaixonada. Ver Vidal-Naquet, P., *op.cit.* Ver, também, a tipologia de memória apresentada por Michael Pollak: "uma *coletiva subterrânea*, expressiva da sociedade civil dominada e a outra, a *memória coletiva* organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado deseja passar a impor." Pollak, M., "Memória, Esquecimento e Silêncio" in *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Centro do Pesquisa e Documentaçao / Fundaçao Getulio Vargas (CPDOC/FGV), 1989, p. 8.
10. Vidal-Naquet, P., op.cit, p. 9.
11. Jornal *Folha de São Paulo*, 12/05/1990, p. A-10.
12. Candido, A., "Prefácio" in Carneiro, M.L.T., *op.cit.*, p. 15 e 16.
13. Sobre este assunto ver Costa, C.N.L.& Fraiz, P.N.V., "Acesso à informação nos arquivos brasileiros" in *Revista Estudos Históricos*, op.cit. pp. 63-76; "Arquivos da verdade" in *Revista Veja*, número 20, março, 1988, pp. 68 a 73; "Decisão do Itamarati restringe acesso de pesquisadores" in *Jornal Folha de São Paulo*, 2/2/1989, p. E-1.
14. Alguns programas de memória judaica estão sendo desenvolvidos no Brasil junto a estas comunidades, dentre os quais cabe citar: *Retratos de emigrantes* (Museu Lasar Segall, SP); *Belo Horizonte: formação da Comunidade Judaica,1870-1990* (Instituto Histórico Israelita Mineiro, BH); *Os judeus em São Paulo* (USP/CERU,SP); *Preservação da memória judaica, Imigração Judaica no Rio Grande do Sul* (Instituto Cultural Marc Chagall, PA); *Heranças e Lembranças* (Assossiação Religiosa do Rio de Janeiro).
15. Chauí, M., "Apresentação" IN BOSI,E., *Lembranças de velhos*, São Paulo, P.A.Queirós, 1979,p. XXII.
16. Carneiro, M.L.T., *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia* (segunda edição), São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988. Nota: gostaríamos de não generalizar, pois, lógicamente, entre esta "elite", estiveram aqueles que defenderam os judeus, divulgando imagens positivas deste grupo de imigrantes. Muitos

colaboraram, facilitando a aquisição do visto de entrada, apesar das imposições das circulares secretas. Em muitos casos pesaram laços de amizade, parentesco e interesses particulares. Estas atitudes, entretanto, dificilmente poderemos detectar através dos documentos oficiais que apenas deixam transparecer o que era "legal". *Como* o visto foi liberado (quando irregular) só é possível identificar via testemunho oral.

17. Cury, C.R.J., *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais*, segunda edição, São Paulo, Cortez, 1984.
18. *Entrevista com Fritz E. Wallerstein.* Depoimento gravado em 5/12/1989.
19. Ofício de Ildefonso Falcão, do Consulado Brasileiro em Colônia, para Afrânio de Mello Franco, ministro das Relações Exteriores. Colônia 2/10/1933 in Missões Diplomàticas Brasileiras (MDB), *Ofícios Recebidos*, 1933.ANI.
20. O visto consular era regulamentado através das cartas de chamada e decreto lei 24.258, de 16 de maio de 1934.
21. Esta acusação de que o judeu era um perigo político e representante de idéias comunistas encontrava receptividade visto que Vargas acabara de sufocar a tentativa de golpe comunista liderado por Luiz Carlos Prestes, em 1935, seguido de muita repressão, prisões e censura aos meios de comunicação.
22. Ofício de Edgardo Barbedo, Cônsul Geral do Brasil em Varsóvia, para Jorge Latour, encarregado dos Negócios do Brasil em Varsóvia in *MDB. Ofícios Recebidos*, outubro de 1936-37.ANI.
23. Idem, pp. 2,3,4.
24. Ofício de Pedro Rocha, Delegado Comercial, para Jorge Latour, encarregado dos Negócios do Brasil em Varsóvia. Varsóvia, 31/10/1936 in *MDB, Ofícios Recebidos*, outubro 1936-37.ANI.
25. Vianna, O., *Raça e Assimilação*, São Paulo, Ed. Nacional, 1932. Nota: estas idéias de Vianna foram inspiradas no método aplicado por Bloom Wessel, sociólogo e demógrafo americano, que questionava o grau de fusibilidade das etnias, aplicado à realidade de New London.
26. Idem, p. 205.
27. Carta de Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores para Adhemar de Barros, interventor Federal de São Paulo, Rio de Janeiro, 20/10/1938 IN *Maço 9601, Lata 612*. Arquivo Histórico do Itamorati (AHI).
28. "Estudo sobre os inconvenientes da emigração semita", por Labienno Salgado dos Santos. Bucareste, 1938 in *Maço 558 (99)*. AHI.
29. Idem, p. 5.
30. Ofício de Mário Moreira da Silva, do Consulado do Brasil em Budapeste, para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores. Budapeste, 4/4/1938 in *Maço 558(99)*. AHI.
31. *Entrevista com o rabino Fritz Pinkuss*, gravada em 2/2/1990. São Paulo.
32. Idem.
33. Idem, p. 5.
34. *Entrevista realizada com Rodolfo Moss*, gravada em 24/11/1983.São Paulo.
35. *Entrevista realizada com Walter Levy*, gravada em 31/7/1983. São Paulo.
36. *Entrevista realizada com Margarida Paderstein* em 15/9/1985. São Paulo.
37. *Entrevista realizada com Cláudia Gentilli*, em 21/10/1989. São Paulo.
38. Idem
39. Id. Ibidem.
40. Idem.
41. *Entrevista realizada com Max e Herta Moser*, gravada em 8/9/1989 e com *rabino Pinkuss*, op.cit.
42. *Entrevista com Ricardo Loeb-Caldenhof*, gravada em 8, 9 e 10/9/1989. Rolândia.
43. *Relatório de Filinto Müller-memorial*- do chefe de Polícia do Rio de Janeiro para Francisco Campos, ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, 5/2/1938 in *Maço 558 (99)*. AHI.
44. Idem, p. 7.
45. Pinkuss, F., *Estudar, Ensinar, Ajudar. Seis décadas de um rabino em dois continentes*, São Paulo, Cultura Ed., 1989, p. 60 e 61.
46. *Entrevista com rabino Fritz Pinkuss*, op.cit., p. 12.
47. Idem, p. 6.
48. Cf. Certificados: *diploma de Produtor Modelo 84 e Produtor Conservacionista 84*. Brasília, 28/11/1984. Ver também os artigos "Trigo irrigado dá bom resultado" in *Suplemento Agrícola. Jornal O Estado de São Paulo*,19/9/1986, p. 1 e 3. Sobre Rolândia e a imigração judaica ver Komissky, E., *Rolândia: a Terra*

Prometida. Judeus Refugiados do Nazismo no Norte do Paraná, São Paulo, USP, Centro de Estudos Judaicos, 1985.

49. Maier, M., *Os Jardins de Minha Vida*, versão Roswitha Kempf, São Paulo, Massao Ohno ed., 1981 (do original alemão: *Alle Garten meines Lebens*. Verlag Josef Knecht-carolusdrukerei). Sobre Rolândia há também o livro de Schauff, K., *Schreib mir alles. Mutter. Briefe aus dem Brasilianischen Garten*. Verlag Günther Meske, 1990.